**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INTEGRAL**

Ketriri Cristina Belentani Buzolin 1

**RESUMO**

A educação está em constante modificação, uma dela é a alteração das estruturas escolares, como a escola integral, outras, são a inclusão, ou seja, pessoas com necessidades educacionais especiais frequentando escolas regulares de ensino. Para se compreender melhor essas modificações é necessário uma reflexão sobre o projeto de concepção de escola integral, suas características, como a ampliação da permanência do educando na escola, estrutura e bibliografias afins. Pretende-se também analisar a perspectiva da inclusão na escola integral, verificando se existem as adequações necessárias e se a mesma está preparada para atender os portadores deficiências, principalmente a deficiência intelectual, que por sua vez, necessita de adaptações do currículo escolar. A inclusão requer que os servidores educacionais estejam preparados para ajustarem a proposta pedagógica as reais necessidades da clientela em questão, para isso faz-se necessário ajustes ao cotidiano do ambiente escolar, bem como das atividades escolares. A inclusão de estudantes com deficiência está baseada em uma perspectiva de educação para todos, buscando a qualidade de vida, através da utilização de estratégias diversificadas para cada tipo de necessidade.

Segundo a UNESCO na Declaração Mundial sobre educação para todos “ As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.”

Pensar e efetivar a inclusão dentro do âmbito escolar, bem como nas demais instâncias, é uma questão atitudinal, para tanto se faz necessário reflexão e ação, em todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem do educando com necessidades educacionais especiais, ações essas que estejam pautadas na valorização das diferenças e na disseminação da consciência de respeito mediante os direitos de todos, garantindo não só o aceso, mas principalmente a permanência destes

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação, Integral, Inclusão e Deficiências

**1. INTRODUÇÃO**

Sancionado pela presidência da República em 25 de junho de 2014, o II Plano Nacional de Educação (PNE) traz um avanço para a Educação Integral, tornando essa modalidade da educação uma meta a ser atingida em todo o país. O PNEII prevê a oferta de educação em tempo integral para no mínimo 50% das escolas públicas e o atendimento de ao menos 25% dos estudantes de educação básica do Brasil. O PNEII também prevê o estímulo a uma educação infantil em tempo integral para todas as crianças de até cinco anos, como já estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A ideia primordial da educação de escola integral é ampliação do tempo de permanência na escola e a busca pela melhoria da qualidade de ensino.

Segundo Gonçalves, o conceito mais tradicional encontrado para a definição de educação integral é aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão bio-psicossocial.

Isso significa que os interesses do grupo, seus conhecimentos prévios, seus valores e seu cotidiano, devem estar em consonância com o conteúdo escolar, pois estas questões deverão ser analisadas em primeiro plano na implantação da escola integral. Apenas as inquietações poderão criar curiosidade para estimular o processo de ensino-aprendizagem. A escola integral deve se transformar em uma escola de oportunidades para a promoção da aprendizagem.

Um dos objetivos desse artigo é discutir a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares como as escolas de tempo integral. Será que as escolas estão preparadas para receberem alunos diversificados, ou seja, deficientes? A inclusão ainda é fato recente, pois existem muitos paradigmas nesse processo e muitas barreiras a serem quebradas durante todo o processo de inclusão. Iniciando pelo preconceito para com os deficientes que a própria sociedade impõe a eles. Será que as escolas estão totalmente adaptada a inclusão, não apenas na questão estrutural, mas também na questão pedagógica?

A inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino está baseada numa perspectiva de educação para todos, pois segundo a UNESCO na Declaração Mundial sobre educação para todos “Cada pessoa-criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.”

Ainda segundo a UNESCO na Declaração Mundial sobre educação para todos “As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.”

O uso de estratégias diversificadas podem promover esse processo de inclusão? As escolas estarão preparadas para a inclusão de alunos com deficiência? A escola integral terá condições de possuir em seu grupo discente alunos que apresentem algum tipo de deficiência?

O maior desafio da Educação Básica, hoje, é a sua qualidade social que precisa ser traduzida no acesso, na permanência e no sucesso escolar. A ampliação da jornada escolar é uma condição fundamental, mas não suficiente se não se estiver comprometida com a ressignificação do currículo escolar, em termos de reorganização de espaços, tempos e saberes. De outro modo, nas palavras de Jaqueline Moll (2008), isso significa o desenclausuramento e o desenrijecimento dos tempos da escola, promovendo o seu reencontro com a vida.

Trata-se de reaproximar os tempos da vida dos tempos da escola, entendendo-os em seu *continuum*. Trata-se de avançar na qualificação do espaço escolar como espaço de vida, como espaço de conhecimentos e valores, como espaço no qual a vida transita em sua complexidade e inteireza, como espaço no qual cada aluno possa conhecer as artes, as ciências, as matemáticas, a literatura para que possa, também, ressituar-se na cidade, compreendendo-a, compreendendo-se e incorporando-se a ela. (MOLL, 2008, p.15)

Estudos que investiguem tais fatores são importantes para a compreensão da dinâmica e dos determinantes do processo educacional, e contribuem para a formulação de políticas educacionais baseadas em evidências. No entanto, no Brasil, a maioria desses estudos tem centrado suas análises apenas no impacto dos fatores familiares nos resultados educacionais, relegando à segundo plano as questões de oferta da educação, em termos de infraestrutura e recursos pedagógicos (RIANI e RIOS-NETO, 2008).

A discussão sobre inclusão social é de grande importância em nossa sociedade, por estarmos vivendo em uma época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social de cada pessoa, o respeito as suas características (de gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas), têm emergido como uma questão ética, promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a temática da inclusão social traz, como pressuposto, a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade humana, nos diferentes tipos de atividades e nas diversas redes de relacionamentos, “estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados” (Werneck, 1999, p. 108).

A inclusão ainda caminha em passos lentos, pois se faz necessário derrubar muitos paradigmas, no intuito de preparar a sociedade para receber e aceitar a diversidade biopsicossocial. Incluir é inovar, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular, o que significa garantir o direito de todos à educação, segundo a Constituição.

A Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, passou a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais.

É necessária, sobretudo, uma visão complexa do cenário educacional por parte dos profissionais que nele são atuantes, ao ponto que não basta, apenas, afirmar uma educação que é um direito de todos, mas sim analisar o modo como isso vem sendo efetivado dentro das escolas.

**2. DESENVOLVIMENTO**

Segundo a Organização Mundial de Saúde, deficiência é o substantivo atribuído a toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica. Refere-se, portanto, à biologia do ser humano.  
A expressão “pessoa com deficiência” pode ser atribuída a pessoas portadoras de qualquer tipo(s) de deficiência. Porém, em termos legais, esta mesma expressão é aplicada de um modo mais restrito e refere-se a pessoas que se encontram sob o amparo de determinada legislação.

É designado “deficiente” todo aquele que tem um ou mais problemas de funcionamento ou falta de parte anatómica, embargando com isto dificuldades a vários níveis: de locomoção, percepção, pensamento ou relação social.  
A pessoa especial pode ser portadora de deficiência única ou de deficiência múltipla (associação de uma ou mais deficiências). As várias deficiências podem agrupar-se em quatro conjuntos distintos, sendo eles:

* Deficiência visual;
* Deficiência motora;
* Deficiência mental (deficiência intelectual);
* Deficiência auditiva.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45.606.048 brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. Os dados estão presentes na Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência, lançada em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Para entender melhor sobre as deficiências, seria necessário mais tempo para abranger determinado assunto, por isso vamos elencar um tipo de deficiência para discursarmos sobre que é a deficiência intelectual. Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado.

A capacidade de argumentação desses alunos também pode ser afetada e precisa ser devidamente estimulada para facilitar o processo de inclusão e fazer com que a pessoa adquira independência em suas relações com o mundo.

O Instituto Inclusão Brasil estima que 87% das crianças brasileiras com algum tipo de deficiência intelectual têm mais dificuldades na aprendizagem escolar e na aquisição de novas competências, se comparadas a crianças sem deficiência. Mesmo assim, é possível que a grande maioria alcance certa independência ao longo do seu desenvolvimento. Apenas os 13% restantes, com comprometimentos mais severos, vão depender de atendimento especial por toda a vida.

Diante do exposto devemos compreender como é essa escola em que esse tipo de aluno será inserido? Qual é a organização e estrutura de um a escola integral? Como será a inclusão desses alunos? Para tantas perguntas abaixo elencamos algumas características da escola integral.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, no Estado há um Novo Modelo de Escola de Tempo Integral, presente em 257 escolas, a jornada é de até nove horas e meia, incluindo três refeições diárias. Na matriz curricular, os alunos têm orientação de estudos, preparação para o mundo do trabalho e auxílio na elaboração de um projeto de vida. Além das disciplinas obrigatórias, os estudantes contam também com disciplinas eletivas, que são escolhidas de acordo com seu objetivo.

Os professores desse modelo atuam em regime de dedicação exclusivo e, para isso, recebem gratificação de 75% em seu salário, inclusive sobre o que foi incorporado durante sua carreira.

O novo modelo de Ensino Integral pressupõe inovações em alguns componentes fundamentais da escola e do currículo, tais como:

I - Jornada integral de alunos, com currículo integralizado, matriz flexível e diversificada;

II - Escola alinhada com a realidade do adolescente e do jovem, preparando os alunos para realizar seu Projeto de Vida e ser protagonista de sua formação;

III - Professores e demais educadores com atuação profissional diferenciada, e em Regime de Dedicação Plena e Integral à unidade escolar;

IV - Modelo de Gestão voltado para a efetiva aprendizagem do aluno e a terminalidade da educação básica;

V - Infraestrutura diferenciada, com salas temáticas, sala de leitura, laboratórios de Biologia/Química e de Física/Matemática, Programa Acessa Escola, no caso do ensino médio e salas temáticas, sala de leitura, laboratório de ciências, sala multiuso e laboratório de informática no caso do ensino fundamental – Anos Finais.

A proposta estadual apresenta a ampliação da jornada, com uma nova grade curricular, a ser desenvolvida a partir das próprias unidades escolares, implicando um aumento do número de docentes para o desenvolvimento de oficinas curriculares.

A aprendizagem acontece desde o nascimento e continua ao longo de toda a vida. Ocorre em diferentes contextos: na família inicial, com os pais; com os pares, na nova família, na escola; em espaços formais e informais. Nesse sentido, a educação escolar precisa ser repensada, de modo a considerar as crianças e os adolescentes sujeitos inteiros, considerando, a todas as suas vivências, aprendizagens. Por exemplo, propostas que concebem o trabalho a partir dos interesses das crianças e jovens têm-se mostrado muito mais eficazes do que aquelas que não o fazem. Isso não significa trabalhar apenas com o que elas querem aprender, e sim que aquilo que é proposto como conteúdo escolar, curricular, só poderá ser significativo se dialogar com os interesses do grupo, seus conhecimentos prévios, seus valores e seu cotidiano. Nesse sentido, somente o que se coloca como desafio, como inquietação para educadores e educandos, pode se transformar numa relação profícua de ensino-aprendizagem.

Só faz sentido pensar na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas de tempo integral, se considerarmos uma concepção de educação integral com a perspectiva de que o horário expandido represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras.

Nos últimos tempos o direito, de acesso e permanência de alunos com deficiência em escolas de ensino regular, vem sendo garantido com base nas legislações, como a Constituição brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do adolescente de 1990, a Declaração de Salamanca em 1994 e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, essas leis tem como princípio que todas as crianças estejam inclusas no ensino público e regular, buscando a eliminação de todas as possíveis formas de discriminação.

Stainback e Stainback (1999) consideream que uma escola em que a inclusão está presente, suas portas estarão abertas para todas as crianças, independente de suas diferenças, proporcionando oportunidades a todos, com estratégias e situações educacionais desafiadoras, porém respeitando as suas potencialidades e necessidades.

Muitos são os benefícios da inclusão escolar para todos os envolvidos no seu processo: alunos deficientes ou não, professores e comunidade. Todos enriquecem com as oportunidades de aprenderem uns com os outros. Os alunos aprendem a compreender, a respeitar e a crescer com as diferenças e os professores por sua vez, têm a possibilidade de repensarem suas práticas pedagógicas.

Em geral, a deficiência intelectual traz mais dificuldades para que a criança interprete conteúdos abstratos. Isso exige estratégias diferenciadas por parte do professor, que diversifica os modos de exposição nas aulas, relacionando os conteúdos curriculares a situações do cotidiano, e mostra exemplos concretos para ilustrar ideias mais complexas.

O professor é capaz de identificar rapidamente o que o aluno não é capaz de fazer. O melhor caminho para se trabalhar, no entanto, é identificar as competências e habilidades que a criança tem. Propor atividades paralelas com conteúdos mais simples ou diferentes, que não caracteriza uma situação de inclusão. É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala - o que também contribui para a integração e para a socialização do aluno. É importante a mediação do adulto no que diz respeito à organização da rotina. Falar para o aluno com deficiência intelectual, previamente, o que será necessário para realizar determinada tarefa e quais etapas devem ser seguidas é fundamental.

Se as atividades em sala forem bem planejadas com o olhar para a inclusão, a ampliação do período escolar não será nenhum problema para o aluno com deficiência intelectual e sim será um auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

**3. CONCLUSÃO**

Uma escola inclusiva é aquela que promove a aprendizagem e o bem-estar do seu aluno, independente das condições ou necessidades que ele apresente. Esse tipo de escola trabalha com as diferenças de maneira natural, trabalhando com a cooperação entre os pares, melhoria na auto estima, respeitando sempre as diferenças entre as habilidades de cada um.

O aparecimento de conflitos é parte integrante do processo de inclusão, porém a maneira como se conduz o direcionamento dos conflitos é que determinará se a escola é ou não inclusiva. Por ser uma escola de tempo integral as condições de trabalho tendem a se tornarem menos conflituosas devido ao tempo de permanência e convivência entre alunos e alunos, alunos e professores, alunos e funcionários.

As novas tecnologias tendem a ser uma ferramenta muito útil e necessária para o desenvolvimento das habilidades de todos os alunos, podendo sanar as dificuldades que os alunos com deficiência possam apresentar durante o processo de ensino-aprendizagem.

O diálogo entre toda a comunidade escolar deve ser claro e objetivo, possibilitando assim a redução dos problemas de comunicação que possam existir por conta das diferenças entre os grupos e membros e estimulando a diminuição das desigualdades.

Disponibilidade, acolhimento, diálogo, são ações que se forem realizadas em conjunto bem planejadas durante o ano letivo, promoverá uma escola de qualidade e inclusiva não apenas para os alunos com necessidades educacionais especiais mas também ara qualquer tipo de aluno que possua uma dificuldade seja ela de interação, conhecimento ou aprendizagem.

Esta nova organização escolar em período integral torna-se um desafio que devem ser assumido pelo sistema educacional público, incluindo aí todos os que estão envolvidos em seu processo de implantação. Sua proposta tende a contribuir para que o processo de democratização da escola pública no Brasil se efetive, ultrapassando os problemas que historicamente nos afligem: evasão, repetência, fracasso escolar e discriminação.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Alves, Joana D´arc Moreira. Escola de tempo integral: uma reflexão sobre suas contribuições e seus desafios, considerando a diversidade e a inclusão. Vol 2 n. 11, 2011.

Cunha, Cristina Alves. O lugar do aluno com deficiênciana escola integral contemporânea.

Gomes, Maria do Carmo Rodrigues. ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: espaço e outros tempos de ensino fundamental. Disponível em: [http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/escola-de-tempo-integral-espaco-e-outros-tempos-de-ensino-fundamental/26768/acesso 27/10/2016](http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/escola-de-tempo-integral-espaco-e-outros-tempos-de-ensino-fundamental/26768/acesso%2027/10/2016)

MOLL, Jaqueline (Org.). Texto Referência para o Debate Nacional sobre Educação Integral. Ministério da Educação, Brasília, 2008.

MOLL, Jaqueline. Elementos para o debate brasileiro. In: Salto para o Futuro, ano XVIII, n. 13. Rio de Janeiro: TV Escola, 2008. p.11-16. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173859Edu_int.pdf>

O que é deficiêmcia intelecutal? Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual> acesso em 26/01/2017;

Plano Nacional de Educação (II) – Ano 2014 – 2024.

RIANI, Juliana de Lucena Ruas; RIOS NETO, E. L. G. Background familiar versus perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros? Revista Brasileira de Estudos da População, v. 25, p. 251-269, 2008.

Sêneca, Sobre a Ira, I, XV(2);

Stainback, S; Stainback, W. Inclusão: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Teixeira, Rita de Cássia Abicalil e Couto, Maria Beatriz Abicalil. A escola de horário integral sob o foco da inclusão. Revista Visões, 6ª Edição, nº 6. Volume 1 – Jan/Jun 2009.

Tipos de deficiência. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/04/tipos-de-deficiencia> acesso em 26/01/2017;

WERNECK, Cláudia. Quem cabe no seu “Todos”?. Rio de Janeiro: WVA, 1999. Informações Básicas Programa Ensino Integral – Escola de Tempo Integral – Abril/2014 Governo do Estado de São Paulo.